

Os benefícios da implementação das práticas integrativas e complementares de saúde no SUS

The Benefits of Implementing Integrative and Complementary Health Practices in the SUS

Anelisa Soares Silva¹
Laudenizia dos Santos Machado de Medeiros²
Suedina Penha Stofel³
Elizabeth Cavalcante da Costa Pedretti⁴
Edinalva Helmer da Silva⁵
Eliane Santos Oliveira Dutra⁶
Ludmilla Mattos Lino Schaeffer Ribeiro⁷
Cleíza Honorato Chagas⁸
Wellington da Silva Pereira Júnior⁹
Noemia Maria Nague de Souza¹⁰
Soneide Pereira do Nascimento¹¹
Ana Lúcia Fabres¹²

Resumo

As práticas Integrativas e Complementares (PICS) são definidas como um conjunto de estímulos sensoriais. Elas aliviam os sintomas psicológicos, e melhoram a ansiedade, estresse, insônia, conseqüentemente aliviam as dores e sintomas físicos. Oferecer este tipo de atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde), beneficiaria uma parcela da população que não possuem recursos nem financeiros e nem conhecimento teórico para buscar tais atividades terapêuticas. Objetivo: Identificar os benefícios utilização das PICS no âmbito do SUS

¹Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0011-5599>

²Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8252-7095>

³Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0630-5843>

⁴Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1905-0345>

⁵Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1804-1853>

⁶Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2697-4585>

⁷Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5980-2171>

⁸Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9518-6938>

⁹Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5418-986X>

¹⁰Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7553-831X>

¹¹Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5044-1752>

¹²Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9066-2659>

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica da literatura, utilizados publicações científicas dos últimos 16 anos. A base de dados foi o Google acadêmico e Scielo, publicados entre 2006 e 2021. Com a busca foram localizadas 42 publicações, e após identificado os critérios de inclusão e exclusão, foram utilizados 18 artigos. Concluimos que a ampliação do acesso as PICs, bem como a ampla divulgação sobre seus benefícios, facilitariam o acesso a promoção da saúde e reduziria os custos com procedimentos de alta complexidade no SUS.

Palavras chave: Práticas integrativas e complementares à Saúde (PICs). SUS. Assistência humanizada. Acesso à saúde.

Abstract

Integrative and Complementary practices (PICS) are defined as a set of sensory stimuli. They relieve psychological symptoms, and improve anxiety, stress, insomnia, consequently relieving pain and physical symptoms. Offering this type of care through the SUS (Unified Health System) would benefit a portion of the population that does not have the financial resources or theoretical knowledge to seek such therapeutic activities. Objective: Identify the benefits of using PICS within the scope of the SUS This is a bibliographic review of the literature, using scientific publications from the last 16 years. The database was Google academic and Scielo, published between 2006 and 2021. With the search, 42 publications were located, and after identifying the inclusion and exclusion criteria, 18 articles were used. We concluded that the expansion of access to PICs, as well as the wide dissemination of their benefits, would facilitate access to health promotion and reduce the costs of highly complex procedures in the SUS.

Keywords: Integrative and Complementary Health Practices (PICS). SUS. Humanized assistance. Access to health.

1 Introdução

As práticas Integrativas e Complementares (PICS) são definidas como um conjunto de estímulos sensoriais terapêuticos, dissociados da medicina tradicional. Esta arte inovadora, destacou se como fundamental a assistência de saúde na atualidade, elas promovem conforto e previne agravos de algumas doenças. São capazes de prestar uma assistência à saúde humanizada, segura, eficaz, universal que complementa as práticas cotidianas. (TELESI JÚNIOR, 2016)

Este termo está associado ao conjunto de saberes populares adquiridos através da vivência e conhecimentos culturais de cada localidade. Elas estimulam a utilização de mecanismos naturais para a prevenção e recuperação da saúde e isso envolve a regulação de fatores físicos, mentais, emocionais, sociais, não dispensando os aspectos espirituais. As PICS, são embasadas na escuta acolhedora, e em integrar a mente, corpo e espírito (FIOCRUZ, 2021).

As PICS aliviam os sintomas psicológicos, e melhoram a ansiedade, estresse, insônia, consequentemente aliviam as dores e sintomas físicos. Oferecer este tipo de atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde), beneficiaria uma parcela da população que não possuem recursos nem financeiros e nem conhecimento teórico para buscar tais atividades terapêuticas. (FIOCRUZ, 2021).

Aderir o uso das PICS em larga escala no SUS, significa beneficiar um maior número de pessoas, pois, diferente da medicina tradicional ela não utiliza recursos tecnológicos de alta complexidade que custam um elevado valor financeiro. Tal fato ampliaria o acesso e melhoraria a longo prazo o quadro de saúde da população acometida por doenças (TELESI JÚNIOR, 2016)

Defronte a esta problemática, justifica se a realização deste estudo na importância de estudar como a implantação das PICS no SUS beneficiaria a população. Portanto, a pesquisa objetivou: Identificar os benefícios utilização das PICS no âmbito do SUS. Bem como encontrar as estratégias disponíveis para ampliar o conhecimento e o acesso da população aos serviços ofertados. Empregou-se na busca os seguintes descritores: “PICS”, “SUS”, “assistência humanizada” e “acesso à saúde”.

A questão norteadora adotada para este estudo foi: Quais os benefícios da população, em ter acesso as estratégias das práticas Integrativas e Complementares em saúde de forma amplamente divulgada como estratégia de assistência à saúde pelo SUS?

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo explicativo, através da revisão bibliográfica. As bases de dados utilizadas foi google acadêmico e Scielo, selecionado publicações dos últimos 16 anos, entre 2006 e 2021, utilizando os descritores: Inteligência Emocional. Gestão. Motivação. Liderança.

Com a busca elencamos 42 publicações científicas que abordaram o assunto. Os critérios para inclusão nesta revisão foram publicações científicas; dissertações, livros e artigos que abordem o tema, completos, em espanhol ou português, publicados em revistas científicas. Foram excluídos artigos incompletos ou que abordar superficialmente o tema estudado e utilizados 18 artigos.

2 Os benefícios do uso das PICS

Estas intervenções focam nas pessoas e não nas doenças que possuem, tem por objetivo principal a promoção e a prevenção à saúde. Acredita-se nesta abordagem que os processos mentais e emocionais provocam um adoecimento do corpo físico (FIOCRUZ, 2021)

As PICS surgem como uma alternativa à medicina convencional em seu modelo biomédico, medicalizante e hospitalocêntrico. Centralizar as intervenções no indivíduo e não em sua patologia, aumenta a adesão e colabora para efeitos ainda mais satisfatórios (FONTANELLA, 2007).

Outro autor concorda com este pensamento e também reconhece esta abordagem mais eficiente que o modelo de cuidado que estamos acostumados (SOUSA, 2012). Em um mundo que vivencia uma pandemia de doenças mentais surge as PICS como uma alternativa acessível e eficaz de tratamentos.

Os artigos indicaram que as práticas corporais têm potencialidades para a saúde, expressas em sensações de relaxamento, alívio de dores, aumento do bem-estar, diminuição da ansiedade e estresse, melhora do sono, impactos sobre sintomas de doenças, além de contribuições para os processos de autocuidado e ressignificação das formas de conceber e lidar com os processos saúde-doença, levando em consideração dimensões materiais e imateriais do corpo (ANTUNES et al, 2018).

Na prática as PICS possuem uma diversidade de alternativas de uso, e uma ligação cultural importante. Objetivam um olhar integrativo que vislumbram potencializar e equilibrar as energias corporais, concentrando-se nos sentimentos despertados e nas reações do corpo (MELO; SCHNEIDER; ANTUNES, 2006).

Os estudos que abordam a temática consideram os resultados satisfatórios, em um grau variável de um indivíduo para outro, porém todos auxiliaram para a melhora do quadro a que se buscou ajuda. Permite-se sentir sensações de relaxamento, alívio de dores, desconfortos e tensões, aumento do bem-estar, diminuição da ansiedade e do estresse e melhora do sono. Além de conseguir alívio de sintomas específicos de algumas doenças (ANTUNES et al, 2018). Os autores supracitados afirmam ainda que esta nova abordagem ressignifica a maneira de lidar com os processos saúde e doença, promove uma compreensão maior do corpo, ampliando a consciência, aceitando-se mais e sofrendo menos.

Os benefícios destas práticas ficam cada vez mais evidenciados através dos estudos, que abordam de maneira singular e holística o indivíduo. Almeja-se que os profissionais

envolvidos busquem atuar de forma a cuidar dos sofrimentos mentais, afim de fornecer qualidade de vida, utilizando se de baixo custo e tecnologia (CLIMACO et al, 2019).

3 Os desafios da implantação das PICS e o SUS

Atualmente temos participado de uma crescente onda de adesão as PICS, em um estudo gerenciado por Barbosa et al (2020), foram identificados 1.487 municípios embora 5.520 municípios tenham sido convidados. O número de municípios participantes foi considerado satisfatório diante da realidade brasileira que ainda engatinha neste processo. E essas práticas são um ótimo marcador da qualidade de trabalho na atenção primária em saúde (APS) no contexto do SUS.

A implantação das PICS na APS alcança a dimensão de uma inovação técnico-tecnológica acessível a prestação de serviço, é fácil de ser operacionalizada, porém, é necessária uma intervenção multiprofissional e estabelecer uma conexão entre diversos núcleos de saberes e práticas. (BARROS; SPADACIO; COSTA; 2018).

Garantir que os profissionais estejam em consonância e com um olhar holístico exige um conhecimento que vai além do que construímos na formação acadêmica. Conforme destacou os autores acima em sua pesquisa sobre a análise das PICS nos serviços de APS dos municípios da RMC/SP. observou que o cuidado realizado pelas equipes não tem sido desenvolvido em todo o seu potencial e que o contexto atual de significativas perdas no SUS pode dificultar ainda mais o desenvolvimento da lógica interprofissional e colaborativa. (BARROS, SPADACIO, COSTA; 2018)

Apesar das dificuldades encontradas em sua implementação a utilização dessas práticas no SUS, visam garantir a integralidade do cuidado e a universalidade da assistência. A PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS), ainda falha em não fornecer subsídios que apoiem esse processo. Como capacitar os profissionais disponíveis a prestar este tipo de assistência, falham também na educação e divulgação destas técnicas de modo amplo a população (CLIMACO et al,2019).

Para Diogo (2021) estabelecer o uso das PICS no SUS é fundamental a capacitação técnica dos profissionais, a começar pelos centros de ensino, que também devem fornecer o conhecimento administrativo para organizar adequadamente os fluxos de atendimento para direcionar e otimizar cada serviço. Acrescenta ainda que estimular experiencias nos níveis de

alta complexidade da assistência é importante pois representam cerca de apenas 4% dos atendimentos em unidades hospitalares e auxiliaria na qualidade de vida, afim de harmonizar diferentes modos de viver, nos níveis: físico, mental, social, cultural, ambiental e espiritual.

Seu uso no SUS, contribuirá para a promoção da saúde da população e demonstram tanta eficácia quanto outros métodos tradicionais, com a grande vantagem de serem economicamente mais viáveis. O modelo biomédico não proporcionou tantos avanços e tem demonstrado se falhos em várias ocasiões. Como alternativa surge esta maneira inovadora abordar a saúde pública baseados realmente na promoção da saúde, deste modo amplo e abrangente, considerando os estilos e condições de saúde, a qualidade de vida, a capacitação para autonomia e maior participação dos usuários no processo saúde e doença (ISCHKANIANI E PELICIONI, 2012).

Independente do potencial e a diversidade que envolvem essas terapias, sua incorporação e evolução no SUS ainda enfrentam reveses, isto se dá por falta de informação e se diferenciarem dos saberes e práticas tradicionais, provenientes das matrizes africanas e indígenas, o colonialismo tende a se reproduzir (GUIMARAES, 2020).

Outro fator que se esbarra na implantação efetiva das PICS, é o próprio PNPIC, que não define o financiamento e nem prevê qualquer investimento adicional pela União, ou seja, não possui orçamento próprio. Os recursos disponíveis utilizados são os mesmos disponibilizados para a atenção por meio do Piso da Atenção Básica (PAB) tendo um valor fixo já estipulado por indivíduo. O que impacta ainda que os procedimentos ofertados não geram recursos por produção. Já na atenção secundária e terciária, é padronizado remuneração por produtividade, exclusivamente para acupuntura e homeopatia. Os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos são financiados a partir do componente da assistência farmacêutica básica, segundo à a Portaria nº 533 MS/GM, de 28 de março de 2012 (OLIVEIRA, 2019)

A PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, refere como algumas dificuldades do sistema que ainda necessitam de resolução:

“As experiências levadas a cabo na rede pública estadual e municipal, devido à ausência de diretrizes específicas, têm ocorrido de modo desigual, descontinuado e, muitas vezes, sem o devido registro, fornecimento adequado de insumos ou ações de acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2017 p.86)”

Ainda no capítulo direcionado a atitude de ampliação de acesso da PNPIC, verifica se alguns pontos negativos que seriam prioridade de resolução para a expansão do acesso a estes serviços tão uteis:

“... a busca pela redução das diferenças regionais na oferta de ações de saúde tem, na implantação ou implementação das Práticas Integrativas e Complementares, no SUS, a abertura de possibilidades de acesso a serviços de maneira mais equânime. Estudos têm demonstrado que tais abordagens contribuem para a ampliação da corresponsabilidade dos indivíduos pela saúde, contribuindo assim para o aumento do exercício da cidadania. A melhoria dos serviços e o incremento de diferentes abordagens configuram, assim, prioridade do Ministério da Saúde, tornando disponíveis opções preventivas e terapêuticas aos usuários do SUS” (BRASIL, 2017 p.86)”

Apesar de ter algumas irregularidades que necessitam ser superadas a PNPIC tem promovido alguns benefícios, a destacar: normatização e institucionalização das PIC na rede pública; aumento significativo de ações, programas e políticas nos estados e municípios; integração dessas práticas aos sistemas oficiais de saúde; desenvolvimento de conhecimento na área, além de legislação/ normatização para oferta de serviços e produtos de qualidade; qualificação dos profissionais envolvidos com práticas complementares; melhoria da atenção à saúde (REIS, ESTEVES e GRECO, 2018)

Uma vez que a ABS deve ser o primeiro contato e a porta de entrada do usuário para a rede de atenção à saúde, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é possível considerar que este nível de atenção é privilegiado para a implementação das PIC no sistema público de saúde brasileiro (RUELA et al, 2019).

Os mesmos pesquisadores consideraram ainda que a ABS é o nível de atenção com a maior capacidade de desenvolver ações de prevenção e de recuperação da saúde, o uso das PICS nesses serviços é o mais indicado. Adiciona se o contexto de que não necessitam de recursos tecnológicos sofisticados, oferecem menores riscos de efeitos colaterais quando comparados aos tratamentos convencionais, e necessitam de menos recursos financeiros, o que torna a assistência em saúde menos onerosa e com qualidade, além de proporcionar resultados satisfatórios (RUELA et al, 2019).

4 Conclusão

Conclui com este estudo que a utilização das práticas integrativas e complementares a saúde é evidentemente benéfica a população assistida. E apresentou eficácia em muitos sintomas a destacar: melhora do estado emocional, alívio de sintomas de doenças crônicas, bem como proporcionar um bem estar geral. Neste contexto, apesar da evolução ocorrida nos últimos anos, ainda apresenta muitos desafios a serem superados. Uma vez inseridas essas práticas o paciente irá receber uma assistência integral de forma holística.

Portanto, se acredita que as PICS possuem um potencial transformador das práticas de cuidado em saúde, e isso será possível ampliando nosso conhecimento, bem como informar a outras pessoas sobre essas possibilidades além da alopatia.

5 Referências

ANTUNES, P. de C. Revisão sistemática sobre práticas corporais na perspectiva das práticas integrativas e complementares em saúde. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 227-247, set. 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n55p227>

BARBOSA, F. E. S. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, e00208818, 2020.

BARROS, N. F.; SPADACIO, C.; COSTA, M. V. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 163-173, set. 2018.

BRAGA, H. H. M. **Práticas integrativas e complementares e educação permanente em saúde: implicação na Atenção Primária à Saúde de Minas Gerais**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado) – [Instituição não informada], Minas Gerais, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CLÍMACO, L. C. C. et al. Conhecendo as práticas integrativas e complementares em saúde: oficina educativa. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 13, n. 4, p. 1167-1172, abr. 2019.

DIOGO, G. de P. **A importância da implantação de práticas integrativas e complementares (PICS) em contextos hospitalares: uma revisão de literatura voltada à acupuntura**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – [Instituição não informada], Bauru, 2021.

FIOCRUZ. **Experiências e reflexões sobre medicinas tradicionais, complementares e integrativas em sistemas de saúde nas Américas**. Organização: Islândia Carvalho Sousa, Maria Beatriz Guimarães, Daniel F. Gallego-Perez. Recife: Fiocruz-PE; Observa PICS, 2021. 192 p.

FONTANELLA, F. Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade

de Tubarão/SC. **ACM Arquivos Catarinenses de Medicina**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 69-74, 2007.

GUIMARÃES, M. B. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, e190297, 2020.

ISCHKANIAN, P. C.; PELICIONI, M. C. Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando a promoção da saúde. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 233-238, 2012.

MELO, C. K.; SCHNEIDER, M. D.; ANTUNES, P. C. O corpo respiração na busca do equilíbrio da vida: elementos para uma (re)significação das práticas corporais. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (org.). **Práticas Corporais: construindo outros saberes em Educação Física**. Florianópolis: Naembla Ciência e Arte, 2006. p. 21-40.

OLIVEIRA, J. S. de. **Práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde brasileiro**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

REIS, B. O.; ESTEVES, L. R.; GRECO, R. M. Avanços e desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares no Brasil. **Revista APS**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 355-364, jul./set. 2018.

RUELA, L. O. et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 24, n. 11, p. 4239-4250, 2019.

SOUSA, I. M. C. et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2143-2154, 2012.

TELESI JÚNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova tarefa para o SUS. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 30, n. 86, p. [s. p.], jan./abr. 2016.